

VIOLENCIA CONTRA A MULHER: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS E ÓBITOS NOTIFICADOS NA BAIXADA MARANHENSE, 2018-2022

VIOLENCE AGAINST WOMEN: EPIDEMIOLOGICAL PROFILE OF CASES AND DEATHS REPORTED IN BAIXADA MARANHENSE, 2018-2022

VIOLENCIA CONTRA LA MUJER: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE CASOS Y MUERTES NOTIFICADOS EN LA REGIÓN DE LA BAIXADA MARANHENSE, 2018-2022

Lívia Kemylle de Sá Martins

Graduada em Enfermagem, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
E-mail: liviakemylle@gmail.com

Mayra Sharlenne Moraes Araújo

Doutora em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
E-mail: mayra.sharlenne@ufma.br

Luciane Sousa Pessoa Cardoso

Doutora em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
E-mail: luciane.sp@ufma.br

Kezia Cristina Batista dos Santos

Doutora em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
E-mail: kezia.santos@ufma.br

Resumo

Objetivou-se caracterizar o perfil epidemiológico dos casos e óbitos por violência contra a mulher notificados na Baixada Maranhense, Brasil, no período de 2018 a 2022. Estudo descritivo e quantitativo. Utilizaram-se dados de mulheres vítimas de violência notificados na Baixada Maranhense, no período de 2018 a 2022, obtidos a partir das bases de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação e do Sistema de Informação sobre Mortalidade. As variáveis investigadas foram: faixa etária, raça, escolaridade, estado civil, vínculo com o agressor, suspeita de uso de álcool, local de ocorrência, recorrência, tipo de violência e meio de agressão. Identificou-se 725 casos e 43 óbitos por violência contra a mulher. A maioria das mulheres era de raça parda (77,0%), idade entre 10 a 19 anos (72,1%) e até 8 anos de estudo (44,8%). A violência sexual foi a mais prevalente (66,1%) e recorrente (60,7%), com uso de força física/espancamento como meio de agressão mais utilizado (13,4%), domiciliar (79,3%), perpetrada pelo namorado da vítima (33,1%), sem suspeita de uso de álcool (71,9%). Quanto aos óbitos, predominaram mulheres de raça parda (76,8%), idade entre 30 a 39 anos (30,2%), solteiras (44,2%) com até 11 anos de estudo (41,9%). A maioria dos óbitos ocorreu nos hospitais (34,9%), sendo o uso de objetos cortantes/penetrantes (30,2%) o meio de agressão mais frequente. Os resultados enfatizam a necessidade de fortalecimento de ações intersetoriais visando ampliar a rede de atenção e proteção às vítimas.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher; Sistemas de Informação em Saúde; Epidemiologia; Mortalidade; Saúde Pública.

Abstract

The objective was to characterize the epidemiological profile of cases and deaths due to violence against women reported in the Baixada Maranhense region of Brazil, from 2018 to 2022. This is a descriptive and quantitative study. Data on women victims of violence reported in Baixada Maranhense, from 2018 to 2022, obtained from the databases of the Notifiable Diseases Information System and the Mortality Information System, were used. The variables investigated were: age group, race, education, marital status, relationship with the aggressor, suspected alcohol use, place of occurrence, recurrence, type of violence, and means of aggression. A total of 725 cases and 43 deaths due to violence against women were identified. Most women were brown (77.0%), aged between 10 and 19 years (72.1%), and had up to 8 years of education (44.8%). Sexual violence was the most prevalent (66.1%) and recurrent (60.7%) type of violence, with the use of physical force/beating as the most common form of aggression (13.4%), domestic violence (79.3%), perpetrated by the victim's boyfriend (33.1%), and with no suspicion of alcohol use (71.9%). As for deaths, the predominant cases were women of mixed race (76.8%), aged between 30 and 39 years (30.2%), single (44.2%) with up to 11 years of education (41.9%). Most deaths occurred in hospitals (34.9%), with the use of sharp/penetrating objects (30.2%) being the most frequent form of aggression. The results emphasize the need to strengthen intersectoral actions aimed at expanding the care and protection network for victims.

Keywords: Violence against Women; Health Information Systems; Epidemiology; Mortality; Health Profile.

Resumen

El objetivo fue caracterizar el perfil epidemiológico de los casos y muertes por violencia contra la mujer notificados en la región de Baixada Maranhense, Brasil, de 2018 a 2022. Se trató de un estudio descriptivo y cuantitativo. Se utilizaron datos de mujeres víctimas de violencia notificadas en la región de Baixada Maranhense entre 2018 y 2022, obtenidos de las bases de datos del Sistema de Información de Enfermedades de Notificación Obligatoria y del Sistema de Información de Mortalidad. Las variables investigadas fueron: grupo de edad, raza, nivel de educación, estado civil, relación con el agresor, sospecha de consumo de alcohol, lugar de ocurrencia, recurrencia, tipo de violencia y medio de agresión. Se identificaron 725 casos y 43 muertes por violencia contra la mujer. La mayoría de las mujeres eran de raza mixta (77,0%), con edades comprendidas entre 10 y 19 años (72,1%) y con hasta 8 años de escolaridad (44,8%). La violencia sexual fue la más prevalente (66,1%) y recurrente (60,7%), siendo el uso de fuerza física/golpes el medio de agresión más común (13,4%), ocurriendo en el hogar (79,3%), perpetrada por el novio de la víctima (33,1%), sin sospecha de consumo de alcohol (71,9%). En cuanto a las muertes, la mayoría de las víctimas fueron mujeres de raza mixta (76,8%), con edades entre 30 y 39 años (30,2%), solteras (44,2%) y con hasta 11 años de escolaridad (41,9%). La mayoría de las muertes ocurrieron en hospitales (34,9%), siendo el uso de objetos punzantes/penetrantes (30,2%) el medio de agresión más frecuente. Los resultados enfatizan la necesidad de fortalecer las acciones intersectoriales dirigidas a ampliar la red de atención y protección a las víctimas.

Palavra clave: Madres Adolescentes; Salud Mental; Embarazo; Período Posparto.

1. Introdução

A violência contra a mulher é um fenômeno global que tem repercuções profundas e variadas nas esferas social, econômica e de saúde pública. No Brasil, essa questão adquire dimensões particularmente alarmantes, dada a prevalência de casos e a gravidade dos desfechos, como a mortalidade feminina resultante de agressões. A violência de gênero é uma das principais causas de morte de

mulheres em idade reprodutiva no país, uma situação que se agrava em regiões de menor desenvolvimento socioeconômico (Chagas; Oliveira; Macena, 2022).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma a cada três mulheres em todo o mundo sofrem violência física e/ou sexual ao longo da vida, em sua maior parte, por seus parceiros (WHO, 2024). Na Região Nordeste, o Maranhão apresentou uma das taxas mais altas de feminicídio do país, com 3,3 casos por 100 mil mulheres em 2022, de acordo com o Atlas da Violência (Ipea, 2023). Esses números revelam a gravidade da violência de gênero, especialmente em áreas de menor desenvolvimento socioeconômico, como a Baixada Maranhense, onde as condições adversas amplificam a vulnerabilidade das mulheres.

A relação entre a violência de gênero e a mortalidade feminina é complexa e multifacetada. Estima-se que, no mundo, 38% de todos os assassinatos de mulheres são cometidos por parceiros íntimos (Ipea, 2023). O feminicídio é o ato mais perverso e a mais grave violação de direitos humanos contra mulheres, expressando-se pelo assassinato destas como consequência extrema das desigualdades de poder e gênero (Labiak *et al.*, 2021).

Em se tratando de Brasil, os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) indicam que, em 2022, foram registrados 230.160 casos de violência doméstica contra a mulher. No Brasil, a taxa de mortalidade por violência é expressiva, com 1.341 homicídios de mulheres registrados em 2021, refletindo a gravidade do problema (FBSP 2021; 2022). Na Região Nordeste, as taxas de homicídios femininos corrigidas indicam uma tendência preocupante de aumento, especialmente em áreas rurais e periféricas (Meira *et al.*, 2021). No Maranhão, a taxa de homicídios femininos é alarmante, destacando-se como uma das mais altas da região.

Além dos impactos físicos, a violência contra a mulher, em suas diversas formas, tem impactos devastadores na saúde mental das vítimas. As mulheres expostas à violência apresentam maiores índices de transtornos mentais, como depressão e ansiedade, além de um aumento no risco de doenças crônicas e comportamentos suicidas (Labiak *et al.*, 2021).

Tal situação foi agravada pela pandemia de Covid-19, a partir do aumento significativo dos casos de violência doméstica notificados devido ao isolamento social e às tensões econômicas (Chagas; Oliveira; Macena, 2022). A subnotificação dos casos de violência contra a mulher agrava ainda mais a dimensão e compreensão do problema. Muitas mulheres não denunciam as agressões por medo de retaliações, vergonha ou desconfiança nas instituições públicas. Esse fator contribui para a “invisibilidade” da violência de gênero e impede a adoção de medidas preventivas e protetivas adequada (Meira *et al.*, 2021).

A notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher, instituída pela Lei nº 10.778, de 24/11/2003 foi um marco na proteção da vítima de violência doméstica e familiar (Brasil, 2003). Em 2004, foi publicada a Portaria nº 2.406/2004 aprovando o instrumento e fluxo para notificação. Cabe destacar que a notificação é obrigatória aos profissionais de saúde ou responsáveis à assistência a mulher nos casos de suspeita ou confirmação de violência (Brasil, 2004).

No entanto, apesar da criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), Lei do Feminicídio (Lei n.º 13.104/2015) e da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (2011) os casos de violência contra mulher prevalecem. Neste sentido, eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas é prioridade, sendo uma das metas globais do 5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (Brasil, 2006; 2011; 2015; ONU, 2015).

Diante do exposto, aponta-se que o Maranhão é uma região caracterizada por condições socioeconômicas desfavoráveis, com elevados índices de pobreza e limitado acesso à serviços de saúde e educação. Tais fatores contribuem para a vulnerabilidade das mulheres à violência doméstica e de gênero, o que pode culminar em uma alta taxa de mortalidade (Vieira *et al.*, 2021). Ressalta-se, que se tratando da Baixada Maranhense, é notória a escassez de estudos que retratem a problemática nesta região geográfica.

Dito isto, elaborou-se os seguintes questionamentos: qual o perfil epidemiológico dos casos e óbitos por violência contra a mulher na Baixada Maranhense no período de 2018 a 2022? Quais tipos de violência são mais prevalentes? Quais são as principais causas de óbito por violência contra as

mulheres? Dessa forma, objetivou-se com este estudo caracterizar o perfil epidemiológico dos casos e óbitos por violência contra a mulher notificados na Baixada Maranhense, Brasil, no período de 2018 a 2022.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo observacional, descritivo e quantitativo. Utilizaram-se dados referentes a todos os casos de violência contra mulheres notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e todos os óbitos de mulheres por violência registrados no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) na Baixada Maranhense, Brasil entre os anos de 2018 e 2022, disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) do Ministério da Saúde, via aplicativo TabNet, disponível no endereço eletrônico <http://www.datasus.gov.br>.

A área geográfica de interesse é a microrregião da Baixada Maranhense, compreendendo 21 municípios: Anajatuba, Arari, Bela Vista do Maranhão, Cajari, Conceição do Lago Açu, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, Peri-mirim, Pinheiro, Presidente Sarney, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Ferrer, Viana e Vitória do Mearim (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, 2013).

A coleta de dados foi realizada no mês de setembro de 2024. Consideraram-se como critérios de inclusão do estudo todos os casos de violência contra mulher e óbitos de mulheres por violência ocorridos na Baixada Maranhense e cadastrados no SINAN e SIM, respectivamente, entre os anos de 2018 e 2022.

As variáveis investigadas no SINAN foram: faixa etária, raça/cor, escolaridade, vínculo com o agressor, suspeita de uso de álcool pelo agressor, local de ocorrência da violência, recorrência do evento, tipo de violência e meio de agressão. As variáveis investigadas no SIM foram: raça/cor, faixa etária, estado civil, escolaridade, local de ocorrência do óbito e meio de agressão. A análise das causas de óbitos foi orientada pela Classificação Estatística Internacional de

Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10, com foco nas categorias de agressão (X85-Y09) e intervenções legais (Y35).

Os dados foram selecionados via aplicativo TabNet a partir de suas caixas de opções (linha, coluna e conteúdo). Os dados coletados foram inseridos em um banco de dados do programa para o Microsoft Excel 2016 e posteriormente foram analisadas no software R (versão 4.5.1). Utilizou-se estatísticas descritivas para cálculo de frequências absolutas e relativas, e posterior construção de tabelas e figuras. A discussão dos resultados foi realizada com base na literatura científica atual sobre a violência contra a mulher e mortalidade de mulheres vítimas de violência.

Por se tratar da utilização de dados secundários oriundos de bases de domínio público e sem identificação pessoal das vítimas, o estudo não necessitou de submissão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, conforme Resoluções nº 510/2016 e nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

3. Resultados

No período analisado, registraram-se 725 casos de violência contra mulher. O ano em que ocorreu o maior número de registro de casos de violência foi o de 2020, com 220 casos notificados (28,4%), e o menor, no ano de 2022, com 130 casos (17,9%). Quanto aos óbitos de mulheres por violência, identificou 43 casos no mesmo período. Destacou-se o ano de 2019, com 11 óbitos notificados (25,6%), os anos seguintes apresentaram queda progressiva no número de óbitos registrados.

A Tabela 1 apresenta o perfil socioeconômico e epidemiológico dos casos notificados de violência contra a mulher na Baixada Maranhense, registrados no SINAN entre os anos de 2018 e 2022, totalizando 725 casos. Observou-se que a maioria das vítimas são jovens na faixa etária de 10 e 19 anos (72,1%). A raça predominante foi a parda (77,0%) e escolaridade até 8 anos de estudo (44,8%). Quanto ao vínculo com o agressor, a maioria eram namorados(as) (33,1%), seguido por cônjuges (15,2%). Não houve suspeita de uso de álcool pelo agressor (71,9%) e o principal local das agressões foi a residência da vítima (79,3%). A

recorrência da violência foi alta, com predominância de mulheres relatando repetição dos atos violentos (60,7%).

Tabela 1 - Perfil socioeconômico e epidemiológico dos casos notificados de violência contra mulher no Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Baixada Maranhense, MA, Brasil, 2018 a 2022

Variáveis	N	%
Faixa etária		
< 9 anos	54	7,4
10 a 19 anos	523	72,1
20 a 29 anos	48	6,6
30 a 39 anos	53	7,3
40 a 49 anos	28	3,9
50-59 anos	14	1,9
60 e mais	4	0,6
Ignorado/Branco	1	0,1
Raça/cor		
Branca	69	9,5
Preta	89	12,3
Parda	558	77,0
Amarela	7	1,0
Ignorada/Branco	2	0,3
Escolaridade		
0 a 8 anos	325	44,8
9 a 11 anos	243	33,5
≥12 anos	14	1,9
Não se aplica	42	5,8
Ignorado/Branco	101	13,9
Vínculo com o agressor*		
Pai	9	1,2
Mãe	8	1,1
Padrasto	14	1,9
Cônjuge	110	15,2
Ex-cônjuge	19	2,6
Namorado(a)	240	33,1
Ex-Namorado(a)	34	4,7
Filho(a)	2	0,3
Irmão(ã)	3	0,4
Amigos/Conhecidos	63	8,7
Desconhecido(a)	37	5,1
Pessoa com Relação Institucional	1	0,1

Policial/Agente da Lei	1	0,1
Própria Pessoa	83	11,5
Outros Vínculos	32	4,4
Ignorado/Branco	37	5,1
Suspeita de uso de álcool pelo agressor		
Sim	83	11,4
Não	521	71,9
Branco/Ignorado	121	16,7
Local de ocorrência		
Residência	575	79,3
Habitação coletiva	8	1,1
Escola	2	0,3
Local de prática esportiva	2	0,3
Bar ou similar	8	1,1
Via pública	29	4,0
Comércio/Serviços	1	0,1
Indústria/Construção	1	0,1
Outros	57	7,9
Branco/Ignorado	42	5,8
Recorrência		
Sim	440	60,7
Não	229	31,6
Branco/Ignorado	56	7,7
Total	725	100,0

Fonte: SINAN/SUS/DATASUS/MS, 2024

A Tabela 2 apresenta a distribuição da frequência dos tipos e meio de agressão nos casos de violência contra a mulher na Baixada Maranhense entre os anos de 2018 e 2022. Revelou-se que a violência sexual foi o tipo mais prevalente (66,1%), seguida pela violência física (24,8%) e psicológica/moral (13,1%). Em relação ao meio de agressão, a força física ou espancamento foi o mais utilizado (13,4%), enquanto objetos perfurocortante apareceram em seguida (11%).

Tabela 2 - Distribuição da frequência dos tipos e meio de agressão de violência contra a mulher. Baixada Maranhense, MA, Brasil, 2018 a 2022

Variáveis	Sim		Não		Branco/Ignorado	
	N	%	N	%	N	%
Tipos de Violência						

Física	180	24,8	531	73,2	14	1,9
Psicológica/Moral	95	13,1	615	44,6	15	2,1
Tortura	25	3,4	684	94,3	16	2,2
Sexual	479	66,1	231	31,9	15	2,1
Financeira	14	1,9	696	96,0	15	2,1
Negligência	8	1,1	702	96,8	15	2,1
Trabalho infantil	1	0,1	709	97,4	15	2,1
Outras	47	6,5	653	90,1	25	3,4
Meio de Agressão						
Força/Espancamento	97	13,4	593	81,8	35	4,8
Enforcamento	15	2,7	671	92,6	39	5,4
Objeto Contundente	6	0,8	681	93,9	38	5,2
Objeto Perfuro-cortante	80	11,0	607	83,7	38	5,2
Substância/Obj. quente	3	0,4	684	94,3	38	5,2
Envenenamento	35	4,8	653	90,1	37	5,1
Arma de fogo	23	3,2	665	91,7	37	5,1
Ameaça	51	7,0	636	88,1	38	5,2
Outros	51	7,0	621	85,7	53	7,3

Fonte: SINAN/SUS/DATASUS/MS, 2024

A Tabela 3 apresenta o perfil socioeconômico, epidemiológico e os meios de agressão relacionados aos óbitos de mulheres vítimas de violência registrados no SIM, entre os anos de 2018 e 2022, totalizando 43 casos. Constatou-se que a maioria das mortes ocorreu em hospitais (34,9%), com uma prevalência de vítimas na faixa etária entre 30 e 39 anos (30,2%) e raça/cor parda (76,8%), solteira (44,2%) e 8 a 11 anos de estudo (41,9%). Os meios de agressão mais comuns incluíram objetos cortantes ou penetrantes (30,2%) e disparos de arma de fogo não especificada (25,6%).

Tabela 3 - Perfil socioeconômico, epidemiológico e meio de agressão dos óbitos de mulheres vítimas de violência no Sistema de Informação sobre Mortalidade. Baixada Maranhense, MA, Brasil, 2028 a 2022

Variáveis	N	%
Local de ocorrência		
Hospital	15	34,9
Domicílio	9	20,9
Via pública	8	18,6
Outros	11	25,6

Raça/Cor

Branca	5	11,6
Preta	5	11,6
Parda	33	76,8

Faixa etária

< 1 ano a 4 anos	3	7,0
15 a 19 anos	3	7,0
20 a 29 anos	11	25,6
30 a 39 anos	13	30,2
40 a 49 anos	6	14,0
50 a 59 anos	6	14,0
60 a 69 anos	1	2,3

Estado civil

Solteira	19	44,2
Casada	4	9,3
Viúva	2	4,7
Separada judicialmente	1	2,3
Outro	9	20,9
Ignorado	8	18,6

Escolaridade

Nenhuma	3	7,0
1 a 3 anos	5	11,6
4 a 7 anos	12	27,9
8 a 11 anos	18	41,9
Ignorado	5	11,6

Meio de agressão

X93 Agressão disparo de arma de fogo de mão	10	23,3
X95 Agressão disparo de outra arma de fogo ou não especificada	11	25,6
X99 Agressão objeto cortante ou penetrante	13	30,2
Y00 Agressão por meio de um objeto contundente	7	16,3
Y07 Outra síndrome de maus tratos	1	2,3
Y08 Agressão por outros meios especificados	1	2,3
Total	43	100,0

Fonte: SINAN/SUS/DATASUS/MS, 2024

4. Discussão

No período analisado, notificaram-se 725 casos de violência contra mulher, destacando-se o ano de 2020 com 220 casos registrados. A maioria das mulheres

vítimas de violência encontravam-se na faixa etária entre 10 a 19 anos de idade, raça parda e possuíam até 8 anos de estudo. Quanto à caracterização dos casos de violência destacou-se a violência sexual, física e psicológica ocorridas em ambiente doméstico, provocadas majoritariamente pelos namorados das vítimas, perpetradas por meio da força corporal ou espancamento, com recorrência das agressões e sem suspeita de uso de álcool pelo agressor.

Este estudo constatou grande número de casos de violência contra a mulher notificados, com aumento das notificações entre os anos de 2019 a 2021. Esse crescimento está associado, em grande parte, à pandemia de COVID-19, como apontado por diversos estudos (Simões, 2023; Rocha; Sokolonski, 2022). O isolamento social intensificou a vulnerabilidade das mulheres, especialmente à violência perpetrada por parceiros íntimos, ao forçá-las a conviver por períodos prolongados com os agressores. Tal contexto favoreceu a prática da violência, dificultando denúncias e ampliando as barreiras para acesso a suporte, levando a graves consequências, comprometendo a saúde física, mental e emocional das vítimas (Oliveira *et al.*, 2021).

Em relação à faixa etária, a maioria das mulheres que sofreram agressão tinha idade entre 10 a 19 anos. Os dados assemelharam-se ao apresentado em pesquisa realizada no estado de Pernambuco, entre 2015 e 2019, em que as mulheres em situação de violência majoritariamente eram jovens e adultas (Santana; Lima Martelli; Cardoso, 2024). Em relação à raça/cor, a mais frequente foi a parda, que está relacionada ao predomínio racial da população do estado (Rodrigues *et al.*, 2023). Além disso, destaca-se que o Brasil é um país altamente miscigenado, tendo a população preta e parda como vulneráveis socioeconomicamente, o que pode contribuir para maiores índices de violência contra a mulher de raça/cor parda (Sousa *et al.*, 2023).

No que se refere a escolaridade, estudos corroboram para a constatação de que as mulheres com baixa escolaridade estão mais propensas a sofrerem violência (Silva *et al.*, 2021; Leite *et al.*, 2021). Neste estudo a variável escolaridade pode estar intrinsecamente ligada a faixa etária das mulheres que mais sofreram agressão, que se encontra entre a população infanto-juvenil (10 a 19 anos).

Quanto ao vínculo com o agressor, houve predomínio de violência por parceiro íntimo, mais especificamente, namorado(a). Estudo realizado no Mato Grosso do Sul entre os anos de 2009 e 2018, também identificou resultado semelhante em que a maioria das mulheres agredidas foram vítimas de seus atuais companheiros (45,2%) (Santos; Carmo, 2023). Esse dado evidencia como a violência, muitas vezes, está enraizada em relações de confiança e afeto, onde o agressor exerce controle psicológico, físico ou sexual sobre a vítima.

Notou-se que o uso de álcool pelo perpetrador da violência, não compõe uma variável do perfil da violência na Baixada Maranhense. Contrariamente, estudos realizados no Brasil apontam que o uso do álcool é um dos principais fatores desencadeantes das agressões (Rodrigues *et al.*, 2023; Mascarenhas *et al.*, 2020). Por outro lado, estudo realizado no Nordeste no período entre 2013 a 2022 aponta maior proporção de casos de violência sexual sem suspeita de uso de álcool pelo agressor (Oliveira *et al.*, 2024). Supõe- se, que essa diferença esteja relacionada a questões culturais e socioeconômicas específicas da região.

A maioria dos casos de violência eram de repetição e tiveram como local de ocorrência o domicílio da vítima. Resultado semelhante foi identificado em estudo que analisou os casos de violência recorrente contra a mulher no Espírito Santo, no período de 2011 a 2018 o qual também apontou a residência como principal local onde a violência é perpetrada (Leite *et al.*, 2023). Na maioria das vezes, os atos de violência são cometidos pelo parceiro íntimo da vítima, o que torna o domicílio um local de vulnerabilidade, onde o agressor pode se sentir mais seguro para praticar a violência, visto que esta, ocorre em local privado (Rodrigues *et al.*, 2023).

Quanto ao tipo de violência, foi encontrada predominância da violência sexual. Estudo recente evidenciou maior incidência de violência sexual em mulheres jovens, pardas, no domicílio das vítimas e perpetrada pelo cônjuge sem o consumo de bebidas alcoólicas (Oliveira *et al.*, 2024). Diante desses dados é possível ratificar que a violência sexual pode ocorrer mesmo dentro de uma relação conjugal, o que torna tal violência ainda mais preocupante, visto que é cometida por parceiro que mantém vínculo afetivo com a vítima, além de frequentemente ocorrer dentro do domicílio, quando este deveria ser um lugar de

maior segurança contra qualquer tipo de violência (Oliveira *et al.*, 2024).

No que se refere ao meio de agressão, a força corporal/espancamento foi a mais utilizada, seguida de objeto perfurocortante, corroborando dados de pesquisa anterior (Moroskoski *et al.*, 2021). Estudos apontam que esses meios de violência estão ligados ao convívio doméstico, onde o parceiro íntimo é o principal agressor, indicando a intenção de impor submissão por meio da força física, comportamento que está enraizado em uma cultura patriarcal, que propicia um cenário de controle, opressão e violências contra as mulheres (Chagas; Oliveira; Macena, 2022; Silva *et al.*, 2021; Mascarenhas *et al.*, 2020).

No período analisado, notificaram-se 43 óbitos decorrentes de violência contra mulher, destacando-se o ano de 2019 com 11 casos registrados, os anos subsequentes apresentaram decréscimo no número de óbitos. Quanto aos óbitos, a maioria das mulheres possuía idade entre 30 a 39 anos, era solteira, parda e possuía entre 8 a 11 anos de estudo. Predominaram como principais causas de óbito o uso de objetos cortantes ou penetrantes e disparos de arma de fogo não especificada. O hospital prevaleceu como principal local de ocorrência de tais óbitos.

O período analisado revelou uma diminuição nos óbitos notificados a partir de 2019. Esse dado contrasta com a literatura científica, que aponta um aumento dos óbitos femininos por agressão em âmbito nacional no mesmo período (Okabayashi *et al.*, 2021; Sunde; Sunde; Esteves, 2021; Sousa; Uchôa; Barreto, 2024). No entanto, estudo que compara a mortalidade por violência contra mulheres antes e durante a pandemia corrobora os dados de diminuição dos casos notificados entre 2019 e 2020 e afirma que o período pandêmico pode ter sido responsável por afetar as investigações dos casos e sua caracterização devida (Chagas; Oliveira; Macena, 2022).

Quanto a faixa etária, houve maior prevalência de violência letal em mulheres na faixa entre 29 a 39 anos, seguida da faixa 20 a 29 anos. Dados semelhantes ao do presente estudo foram reportados em outras pesquisas realizadas no Brasil (Vieira *et al.*, 2021; Moroskoski; Brito; Oliveira, 2022). Quanto à raça/cor parda, este achado vai de encontro com estudo realizado anteriormente que avaliou os homicídios femininos no estado do Maranhão entre os anos 2000 a

2019 (Coelho *et al.*, 2022). Além disso, esse dado é corroborado pelo Censo IBGE realizado em 2022, que afirma que a maior parte da população brasileira se declara parda (Secretaria de Comunicação Social, 2023).

A maioria das mulheres era solteira, dado que está em consonância com a literatura científica (Vieira *et al.*, 2021; Ferreira *et al.*, 2021). Esse resultado pode estar ligado a percepção de que mulheres que encerram relacionamentos, na tentativa de romper ciclos de violência, estão mais vulneráveis a serem assassinadas por seus parceiros, frequentemente motivados pela recusa em aceitar o término da relação (Sorrentino *et al.*, 2020; Porto *et al.*, 2024).

Quanto à escolaridade, a maioria das mulheres possuía entre 8 e 11 anos de estudo. Estudos apontam que a maior escolaridade está relacionada à proteção contra violência, pois permite às mulheres identificar com maior facilidade relações abusivas e buscar estratégias para romper com situações violentas, o que pode gerar reações de violência extrema por parte dos parceiros, culminando em feminicídio (Pinto *et al.*, 2021; Caicedo-Roa; Cordeiro, 2023).

Os meios de agressão que mais levaram mulheres a óbito foram agressão por objeto cortante ou penetrante (CID-X99), seguido de agressão por arma de fogo (CID-X95). Esses dados corroboram estudos realizados no Brasil (Caicedo-Roa *et al.*, 2019; Scherer *et al.*, 2022). É importante destacar a grande proporção de óbitos perpetrados por meio da violência extrema, pois o uso de perfurantes/cortantes exigem grande uso de força pelo agressor, evidenciando cenário de alta misoginia (Ferreira *et al.*, 2021). No presente estudo, verificou-se que o hospital foi o local predominante de ocorrência dos óbitos. Esse dado contraria a literatura, que geralmente aponta o domicílio como o principal local de ocorrência (Coelho *et al.*, 2022; Pinto *et al.*, 2021).

O presente estudo apresenta como limitações a utilização de dados secundários, pois há o risco de subnotificação de casos, informações incompletas ou omissões de informações importantes, o que se nota na quantidade elevada de campos em branco e/ou ignorado e a escassez de estudos relacionados ao tema na área geográfica analisada. Contudo, considera-se que, por se tratar de dados oficiais do Ministério da Saúde e de preenchimento obrigatório em todos os serviços de saúde, houve o alcance do objetivo proposto. Essas limitações

poderiam ser minimizadas através da capacitação de profissionais de saúde e segurança pública para o preenchimento correto das ferramentas de notificação e da melhor visibilidade da problemática na Baixada Maranhense, para que mais pesquisadores formulem trabalhos na região.

Entretanto, é importante destacar que estudo é pioneiro ao utilizar e analisar dados sobre a violência contra a mulher da Baixada Maranhense, além disso, por meio dos dados obtidos é possível contribuir no planejamento de políticas públicas de proteção à mulher, permitindo o combate à violência contra a mulher e a promoção de segurança nos contextos social, físico e emocional à população feminina.

5. Considerações Finais

Foram notificados 725 casos de violência contra mulheres entre 2018 e 2022, com destaque para o ano de 2020 com o registro de 220 casos. Entre os óbitos, foram notificados 43 casos, sendo o ano de 2019 o mais representativo, com 11 registros, seguido de uma redução nos anos posteriores. A maioria das mulheres vítimas de violência tinha idade de 10 a 19 anos, raça/cor parda e possuía até 8 anos de estudo. A violência sexual foi a mais predominante e recorrente, ocorrida no ambiente doméstico, perpetrada pelos namorados das vítimas por meio de força corporal ou espancamento, sem uso de álcool pelos agressores. Quanto aos óbitos, a maioria das vítimas tinha idade entre 30 e 39 anos, era solteira, de raça/cor parda e com 8 a 11 anos de estudo. As principais causas foram agressões por objetos cortantes ou penetrantes e disparos de arma de fogo não especificada, ocorrendo principalmente em hospitais. Os resultados evidenciam a vulnerabilidade das mulheres na Baixada Maranhense, frequentemente expostas à violência com desfechos fatais e enfatizam a necessidade de fortalecimento de ações intersetoriais visando ampliar a rede de atenção e proteção às vítimas.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003.** Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.778.htm. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 2.406, de 5 de novembro de 2004.** Institui a notificação compulsória da violência contra a mulher no SUS. Diário Oficial da União: seção 1. Brasília, DF. p. 68, 6 nov. 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt2406_05_11_2004.html. Acesso em: 14 out. 2024

BRASIL. **Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 10 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 14 out. 2024

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União: seção 1. Brasília, DF. p. 1, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 14 out. 2024

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.** Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres; 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/mulheres/conteudos/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 28 out. 2024

CHAGAS, E. R.; OLIVEIRA, F. V. A.; MACENA, R. H. M. Mortalidade por violência contra mulheres antes e durante a pandemia de Covid-19. Ceará, 2014 a 2020. **Saúde em Debate.** v. 46, n. 132m p. 63-75, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/01031104202213204>. Acesso em: 28 out. 2024

CAICEDO-ROA, M.; CORDEIRO, R. C. Analysis of femicide cases in Campinas, SP, Brazil, from 2018 to 2019 through the ecological model of violence. **Cien Saude Colet.** v. 28, n. 1, p. 23–36, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/141381232023281.09612022>. Acesso em: 18 out. 2024

CAICEDO-ROA, M. et al. Femicides in the city of Campinas, São Paulo, Brazil. **Cad Saude Publica.** v. 35, n. 6, p. e00110718, 2019. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00110718>. Acesso em: 28 out. 2024

COELHO, S. F. et al. Homicídios femininos no Maranhão, Brasil, 2000-2019: estudo ecológico. **Epidemiol Serv Saude**. v. 31, n. 2, p. 1-15, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s2237-96222022000200007>. Acesso em: 10 out. 2024

FERREIRA, I. R. S. et al. Homicídios femininos no estado do Rio Grande do Norte e suas regiões de saúde no período de 2000 a 2016. **Cad Saude Colet**. v. 29, n. spe, p. 92–102, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1414462x202199010361>. Acesso em: 8 out. 2024

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Indicadores de violência doméstica contra a mulher em 2022**. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/08/anuario-2023-texto-07-o-crescimento-de-todas-as-formas-de-violencia-contra-a-mulher-em-2022.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Indicadores de violência doméstica contra a mulher em 2021**. 2021 Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em: 13 out. 2024

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP; 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/12/atlas-da-violencia-2023.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Perfil Socioeconômico da Baixada Maranhense**. São Luís: IMESC; 2013. Disponível em: <http://www.imesc.ma.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2024

LABIAK, F. P. et al. Feminicídio: um desfecho fatal para a desigualdade de gênero. Em: Desigualdade Social e de Gênero: desafios, perspectivas, retrocessos e avanços. [s.l.]: **Editora Científica Digital**; 2021, p. 114-136. Disponível em: <https://ovm.alesc.sc.gov.br/wpcontent/uploads/2023/01/Feminicidio-um-desfecho-fatal- Fernanda-Labiak.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024

LEITE, F. M. C. et al. Associação entre a violência e as características socioeconômicas e reprodutivas da mulher. **Cad Saude Colet**. v. 29, n. 2, p. 279–89, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x202129020387>. Acesso em: 2 out. 2024

LEITE, F. M. C. et al. Violência recorrente contra mulheres: análise dos casos notificados. **Acta Paul Enferm**. v. 36, n. eAPE009232, p. 1-8, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2023ao009232>. Acesso em: 18 out. 2024

MASCARENHAS, M. D. M. et al. Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011-2017. **Rev Bras Epidemiol.** v. 23, n. suppl 1, p. 1-13, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720200007.supl.1>. Acesso em: 16 out. 2024

MEIRA, K. C. et al. Efeitos temporais das estimativas de mortalidade corrigidas de homicídios femininos na Região Nordeste do Brasil. **Cad Saúde Pública**. v. 37, n. 2, p. e00238319, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102311X00238319>. Acesso em: 28 out. 2024

MOROSKOSKI, M. et al. Aumento da violência física contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo: uma análise de tendência. **Cien Saude Colet.** v. 26, n. suppl 3, p. 4993–5002, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413812320212611.3.02602020>. Acesso em: 18 out. 2024

MOROSKOSKI, M.; Brito, F. A. M.; Oliveira, R. R. Time trend and spatial distribution of the cases of lethal violence against women in Brazil. **Rev Lat Am Enfermagem**. v. 30, n. e3609, p. 1-16, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/15188345.5613.3609>. Acesso em: 2 out. 2024.

OKABAYASHI, N. Y. T. et al. Violência contra a mulher e feminicídio no Brasil - impacto do isolamento social pela COVID-19. **Brazilian Journal of Health Review**. v. 3, n. 3, p. 4511–31, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34119/bjhrv3n3049>. Acesso em: 19 out. 2024

OLIVEIRA, M. C. C. et al. Análise da violência doméstica contra a mulher em tempos de pandemia da COVID-19. **Rev Eletrônica Acervo Saúde**. v. 13, n. 11, p. e9050, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25248/reas.e9050.2021>. Acesso em: 15 nov. 2024

OLIVEIRA, M. R. et al. Tendência e padrão espacial das notificações de estupro por parceiro íntimo contra mulheres no Nordeste do Brasil (2013–2022). **Rev Bras Epidemiol.** v. 27, n. e240030, p. 1-11, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720240030.2>. Acesso em: 17 out. 2024

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nações Unidas no Brasil; 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 11 out. 2024

PINTO, I. V. et al. Fatores associados ao óbito de mulheres com notificação de violência por parceiro íntimo no Brasil. **Cien Saude Colet.** v. 26, n. 3, p. 975–85, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232021263.00132021>. Acesso em: 16 out. 2024

PORTO, L. S. et al. Violência contra a mulher: um fenômeno global e suas implicações para a saúde pública e os direitos humanos. **Revista Multidisciplinar Do Nordeste Mineiro.** v. 8, n. 1, p. 1-23. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.61164/rmm.v8i1.2776>. Acesso em: 16 out. 2024

RODRIGUES, O. M. G. et al. Mulheres violentadas: caracterização dos casos registrados no estado do Maranhão/Brasil, 2011-2019. **Mundo Saúde.** v. 41, n. 1, p. e13932022, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15343/01047809.202347e13932022p>. Acesso em: 2 nov. 2024

ROCHA, S. S. M.; SOKOLONSKI, A. R. Violência contra mulher no período da COVID -19. **Rev Ciênc Médicas Biol.** v. 21, n. 3, p. 650–6, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/cmbio.v21i3.52005>. Acesso em: 2 out. 2024

SANTANA, S. S. M.; LIMA MARTELLI, P. J.; CARDOSO, L. F. J. L. Violence against women in the state of Pernambuco - Brazil: profile of assaulted women and characteristics of the incidents notified between 2015 and 2019. **Saúde em Redes.** v. 10, n. 1, p. 4135, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18310/24464813.2024v10n1.4135>. Acesso em: 28 nov. 2024

SANTOS, J.; CARMO, C. N. Characteristics of intimate partner violence in Mato Grosso do Sul state, Brazil, 2009-2018. **Epidemiol Serv Saude.** v. 32, n. 1, p. 1-18, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s2237-96222023000100019>. Acesso em: 8 out. 2024

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Pardos são maioria da população brasileira pela primeira vez, indica IBGE.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/12/pardos-sao-maioria-da-populacao-brasileira-pela-primeira-vez-indica-ibge>. Acesso em: 28 nov. 2024

SCHERER, Z. A. P. et al. Feminicídio: estudo com dados do setor saúde de um município paulista. **Res Soc Dev.** v. 11, n. 9, p. e48611932013, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i9.32013>. Acesso em: 11 nov. 2024

SILVA, S. B. J. et al. Epidemiological profile of violence against women in a city in the interior of Maranhão, Brazil. **Mundo Saúde.** v. 45, n. 1, p. 56–65, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15343/0104-7809.202145056065>. Acesso em: 28 out. 2024

SIMÕES, M. C. G. Violência doméstica contra a mulher e os reflexos causados no aumento de casos gerados pela pandemia da covid-19. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação.** v. 9, n. 5, p. 3005–19, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.51891/rease.v9i5.10058>. Acesso em: 2 out. 2024

SOUSA, P. L. et al. Perfil epidemiológico dos casos de violência sexual em Anápolis - Goiás - Brasil, nos anos 2017 a 2020. **Cogitare Enfermagem.** v. 27, n.

28, p. e90831, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/ce.v28i0.90831>. Acesso em: 30 out. 2024

SOUZA, R. V.; UCHÔA, A. M. V.; BARRETO, M. R. N. Fontes de informação sobre a violência contra a mulher no Brasil. **Serv. Soc. Soc.** v. 147, n. 2, p. e-6628376, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.376>. Acesso em: 2 nov. 2024

SORRENTINO, A. et al. Femicide Fatal Risk Factors: A Last Decade Comparison between Italian Victims of Femicide by Age Groups. **Int J Environ Res Public Health.** v. 29, n. 17, p. 7953-62, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3390/ijerph17217953>. Acesso em: 2 out. 2024

SUNDE, R. M.; SUNDE, L. M. C.; ESTEVES, L. F. Feminicídio durante a pandemia da COVID-19. **Oikos: Família e Sociedade em Debate.** v. 32, n. 1, p. 55–73, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.31423/oikos.v32i1.1108>. Acesso em: 19 out. 2024

VIEIRA, C. G. et al. Mortalidade feminina por agressão: uma análise epidemiológica no estado do Maranhão. **Rev Ibero-Am Hum Cienc Educ.** v. 7, n. 10, p. 2148-2161, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2765/1110>. Acesso em: 21 out. 2024

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Violence against women**, 2024. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>. Acesso em: 29 out. 2024